

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Folha de S. Paulo Class.: Terra / Demarcação

Data: 26/12/90 Pg.: A4 CAR 182

# Pesquisa mostra desinteresse em demarcar terras indígenas

**RICARDO ARNT**  
Da Reportagem Local

Embora o artigo 231 da Constituição determine a demarcação das terras indígenas até o prazo limite de 5 de outubro de 1993, nem o governo Sarney nem o governo Collor demonstraram vontade de cumprir a lei, afirma o mais amplo levantamento independente sobre os territórios indígenas, a pesquisa "Terras Indígenas no Brasil". De 1987 a 1990, mostra o estudo, o Estado ampliou os territórios formalmente reconhecidos como indígenas reduzindo sua extensão original.

O trabalho elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e pelo Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (Peti), do Museu Nacional (UFRJ), mostra que o número de terras indígenas no Brasil aumentou de 518 para 526 —um crescimento de 4,6 milhões de hectares (6,27%). Entretanto, das 33 novas áreas homologadas, 19 foram criadas em território ianomami, que foi reduzido de 9,1 milhões de hectares para 2,2 milhões, e 14 foram destacadas de seis áreas indígenas no Rio Negro, no Estado do Amazonas, que foram reduzidas de 6,4 milhões de hectares para 2,6 milhões. Na prática, as terras indígenas diminuíram. Formalmente, aumentaram.

O estudo mostra que o governo Sarney, que se autoproclamou campeão da demarcação, foi o campeão da desmarcação. "O governo Collor tampouco deu mostras de que pretende solucionar o problema, respeitando a lei. Depois de nove meses de governo, apenas algumas interdi-

## Funai critica corte de verbas

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, criticou antontem a decisão do governo de reduzir o orçamento do órgão para 91. Segundo ele, o governo só deve liberar 2,5% dos Cr\$ 2,2 bilhões pedidos para demarcar terras. "No máximo, vamos poder demarcar só dez novas áreas em 91", disse Guerreiro. A previsão inicial era de atingir 94 áreas. O orçamento geral da Funai chega a Cr\$ 4,5 bilhões.

As declarações foram feitas após reunião com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para discutir a implantação de uma política indigenista oficial.

Guerreiro disse que a hipó-

tese de extinção da Funai "não foi cogitada". "A idéia que prevaleceu foi a de fortalecimento do órgão." Segundo ele, já está pronto um trabalho de reestruturação interna.

A reunião de antontem foi preparatória ao encontro setorial de hoje, no Palácio do Planalto, com o presidente Fernando Collor de Mello. Devem participar ainda os ministros da Agricultura, Saúde e Educação.

As propostas que serão levadas a Collor, sobre demarcação de terras e tutela indígena, devem resultar num projeto de lei, a ser votado no próximo ano pelo Congresso. Guerreiro já adiantou que vai aproveitar essa reunião para pedir mais verbas para a Funai.

ções foram realizadas, ainda assim de caráter bastante discutível e por iniciativa do órgão indigenista", afirma o antropólogo Jurandyr Ferrari Leite na pesquisa. O trabalho foi concluído antes do anúncio do presidente da Funai, Cantídio Guerreiro —feito antontem— de que o governo só vai liberar 2,5% da verba pedida para Funai para demarcação em 1991.

A pesquisa revela a fonte de todas as informações relativas à situação atual das 526 terras indígenas, mapeadas na escala 1:5.000.000 hectares. Em três anos, a população indígena cresceu 10,44%, confirmando a tendência positiva iniciada nos anos

70. O projeto, coordenado pelos antropólogos Carlos Alberto Ricardo (Cedi) e João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional), é uma segunda edição, revista, da Listagem de Terras Indígenas no Brasil, de 1987.

Nos últimos três anos cresceram, significativamente, as interdições de áreas indígenas, primeiro passo para a demarcação. Entretanto, o uso indiscriminado, permanente e prolongado da interdição, segundo Jurandyr Leite, "retira-lhe o caráter de exceção, enfraquecendo-o e transformando-o em expediente político". Das 63 áreas interditadas desde 1987, apenas sete foram delimitadas.

## TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

	1987	1990
Nº de Terras	518	526
Extensão	74.466.149 hec.	79.135.452 hec.
População	213.352 índios	235.616 índios

Fonte: Centro Ecumênico de Documentação e Informação e Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil - Museu Nacional/UFRJ

Quase a metade, 28, localiza-se no Acre ou em municípios amazoneses na fronteira e fazia parte do cronograma de demarcações do Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI), financiado, em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. "A liberação de verbas do BID dependia do cumprimento destas metas. A interdição das terras indígenas cria uma falsa impressão de decisão, pelo menos por algum tempo", afirma o documento. Seria uma demarcação para banco ver.

O estudo atribui o atraso nas demarcações e a redução das áreas reconhecidas "ao ingresso dos interesses representados no antigo Conselho de Segurança Nacional no processo demarcatório". Observa que as 33 novas áreas homologadas localizam-se na região da Calha Norte e em faixa de fronteira. "A demarcação de áreas nesta região significa, antes de tudo, a liberação de terras para atender outros interesses (que não indígenas): militares, políticos e de mineradores. O resultado prático é que as terras dessas regiões foram reavaliadas, desmembradas e significativamente reduzidas", afirma o documento.